

NOTA CONASEMS – Decisão do STF sobre o piso salarial dos profissionais da enfermagem (ADI 7222)

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou parcialmente, na segunda-feira (15), a medida cautelar deferida em 04/09/22 em razão da qual estavam suspensos os efeitos da Lei nº 14.434/2022 que instituiu o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Em relação aos servidores públicos dos Estados, Distrito Federal, Municípios, suas autarquias e fundações, bem como aos profissionais contratados por entidades privadas que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS, a decisão determinou que **a implementação da diferença resultante do piso salarial nacional deve se dar em toda a extensão coberta pelos recursos provenientes da assistência financeira complementar da União**, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 597, de maio de 2023.

É de suma importância destacar a afirmação do Ministro Barroso, em sua decisão, de que a revogação parcial da medida cautelar só foi possível devido à presença de dois elementos essenciais para o reconhecimento da legitimidade do piso salarial de âmbito nacional incidente sobre carreiras do serviço público passaram a estar presentes a partir da publicação dos atos normativos publicados nos últimos dias: **a previsão constitucional e a previsão concreta de assistência financeira a ser prestada pela União.**

Isso porque, segundo o Ministro, **não seria legítima a criação de piso nacional pela União para que o valor seja arcado por Estados, Distrito Federal e Municípios**, pois pelo princípio federativo, estes têm autonomia político-administrativa, legislativa e financeiro-tributária, **não podendo a União criar piso salarial para ser cumprido por outro ente da federação, sem assumir integralmente o seu financiamento.**

O Ministro também destacou a existência de problemas subsistentes após a edição dos atos normativos, incluindo o fato de que, apesar de sua importância, **o valor de R\$ 7,3 bilhões reservado pela União não parece ser capaz de custear a integralidade dos recursos necessários para implementação do piso salarial pelos entes destinatários da EC nº 127/2023.**

Segundo ele, **há fundada suspeita de que o financiamento instituído pela EC e pela Lei em comento não seja suficiente para fazer frente à integralidade do custo suportado por Estados, Distrito Federal e Municípios**; em especial se considerado o impacto sobre as entidades

integrantes da rede complementar do SUS, que lhes prestam serviços mediante convênio ou contrato.

Dessa forma, o Ministro Barroso conclui que **subsistem, ao menos parcialmente, o conflito federativo, o risco de solvabilidade dos entes subnacionais e o receio de prejuízo ao serviço público de saúde** e que a previsão de financiamento federal nos termos dos atos normativos editados justificaria a revogação apenas parcial da medida cautelar.

Assim, em relação aos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como às entidades privadas que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo SUS, **a obrigatoriedade de implementação do piso nacional só existe no limite dos recursos recebidos por meio da assistência financeira prestada pela União para essa finalidade** e nos exatos termos da Portaria GM/MS nº 597/2023.

O que não impediria, segundo a decisão, a implementação do piso no montante previsto pela Lei nº 14.434/2022 pelos entes que tiverem tal possibilidade, à luz da sua conjuntura econômico-financeira.

Há que se destacar que o Ministro, em sua decisão, não aborda questões que já suscitavam dúvidas quanto à aplicação da lei desde sua publicação, tais como a carga horária a qual os valores dos pisos se referem.

Além disso, é importante ressaltar, conforme nota publicada anteriormente, que a Portaria do Ministério da Saúde nº 597/2023 apresenta problemas, pois foi elaborada e publicada sem nenhuma pactuação prévia com os entes estaduais e municipais e levou em consideração fontes de informações diferentes das utilizadas pelo CONASEMS e CONASS em seu cálculo, fontes essas que não necessariamente refletem a realidade de contratação de profissionais de enfermagem em nível local, gerando distorções no valor atribuído a cada um dos Municípios.

Desse modo, a decisão do STF traz novidades em relação ao cumprimento do piso pelos municípios, porém também levanta novas questões que não são de simples solução e para as quais ainda não há resposta, dentre elas: Como cumprir o estabelecido pelo STF, sem gerar distorções e iniquidades, considerando a insuficiência do recurso destinado pelo Ministério da Saúde para pagamento do valor integral do piso a todos os profissionais? Como utilizar o recurso considerando que sua destinação na origem é apenas para atenção especializada? Como efetuar o cálculo do valor do repasse a ser realizado às entidades privadas que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS? Como lidar com as expectativas dos trabalhadores em receber o valor do piso estabelecido em lei, considerando que os salários serão reajustados apenas no limite dos repasses federais, sem previsão de complementaridade?

A decisão do Ministro Barroso, que já tem validade, mas ainda será apreciada em Plenário, não traz respostas para todas as questões dos gestores municipais. A Portaria publicada pelo Ministério tem gerado dúvidas e apresenta distorções quanto aos valores atribuídos a cada um dos municípios, de forma que recomendamos cautela nesse momento até que novos encaminhamentos sejam dados.

Brasília, 17 de maio de 2023.